

Mudanças no ensino especial

Pais de deficientes terão de aprovar transferências. Sindicalista alega que não há tempo para preparar professores

Os deputados Benício Tavares (PMDB) e Lúcia Carvalho (PT), adversários ideológicos, fizeram

uma mistura explosiva ontem à tarde. Juntaram professores, pais de estudantes, psicólogos, sindi-

calistas e autoridades da área de educação no auditório da Câmara Legislativa para debater a inclusão de alunos portadores de deficiências em turmas regulares, projeto que a Secretaria de Educação pretende implantar ano que vem. Mas o debate partidário, assim como os deputados, ficaram fora da mesa. E os técnicos e profissionais puderam, frente a frente e diante de 200 pessoas, defender suas idéias e criticar em alto nível o que acham errado.

A idéia da inclusão é uma unanimidade. Todos os nove integrantes da mesa defenderam o preceito constitucional de integrar os portadores de deficiência ao ensino regular, com cuidados especiais que permitam o desenvolvimento de cada estudante dentro das suas limitações. Ninguém a esse conceito, previsto na constituição, na Lei Orgânica e na lei de Diretrizes e Bases da Educação. “O centro de ensino especial é uma faca de dois gumes”, sintetizou Erenice de Carvalho, vice-presidente do Conselho Regional de Psicologia e co-fundadora de seis centros especiais no Distrito Federal. “Ele é afiadíssimo para desenvolver o aluno não indicado para inclusão, mas corta as possibilidades de inclusão da criança com essa perspectiva.”

Jorge Cardoso 9.11.99



Sala de alunos especiais: transferência só depois de avaliação

A mesa incluiu também a diretora do Departamento de Ensino Especial, Eneida de Sá, que negou a intenção de fechar centros como o número 2, na Asa Sul. “Isso nunca nos passou pela cabeça”, disse. Representante de uma comissão de pais, a psicóloga Maria Cristina Borges reclamou que essa informação chegou às famílias, em parte, por falhas na comunicação da própria secretaria.

O questionamento mais consistente à mudança já no próximo ano veio do representante do Sindicato dos Professores, Lúcio Rogério. Ele revelou que o cronograma da secretaria pre-

via que professores do ensino regular seriam treinados desde agosto, mas essa preparação sequer começou. Rogério propôs que o projeto seja adiado para 2001, permitindo maior preparo e debate. Para Eneida, o tempo que resta até o início do próximo ano letivo é suficiente.

Tentando desfazer polêmicas, Eneida de Sá esclareceu que só haverá transferência dos alunos que forem aprovados em uma avaliação feita por professores e psicólogos. Ainda assim, os pais terão de concordar por escrito. Caso contrário, o estudante continuará no ensino especial.